



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Biblioteconomia

**A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA E A ACESSIBILIDADE DESTINADA A
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Tiffany Ramos do Nascimento
Orientador: Prof. Dr. André Luiz Appel

Brasília
2021

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Biblioteconomia

Tiffany Ramos Do Nascimento

A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA E A ACESSIBILIDADE DESTINADA A
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Appel

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N565b Nascimento, Tiffany Ramos do
A Biblioteca Nacional de Brasília e a Acessibilidade
Destinada a Pessoas com Deficiência / Tiffany Ramos do
Nascimento; orientador André Luiz Appel. -- Brasília, 2021.
64 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2021.

1. Bibliotecas Públicas. 2. Acessibilidade. 3.
Deficiência. 4. Brasília. I. Appel, André Luiz, orient.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A Biblioteca Nacional de Brasília e a acessibilidade destinada a Pessoas com Deficiência

Autor(a): Tiffany Ramos do Nascimento

Monografia apresentada remotamente em **20 de maio de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): André Luiz Appel

Membro Interno (FCI/UnB): Éltton Mártires Pinto

Membro Externo (INES): Sarah Miglioli da Cunha Alves

Em 27/05/2021.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Appel, Usuário Externo**, em 28/05/2021, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Tiffany Ramos Do Nascimento, Usuário Externo**, em 28/05/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Mártires Pinto, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 05:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Miglioli da Cunha Alves, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6719879** e o código CRC **90DBBD3C**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Francisca, mulher forte, me ensinou a correr atrás dos meus sonhos. Ao meu pai, Carlos Valentim, por sempre ter acreditado na minha capacidade, que há três anos está presente não de corpo, mas de alma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças durante a minha jornada e a Maria, minha mãe do céu, por interceder por mim em todos os momentos. Aos meus pais Francisca e Carlos. Que com todas as adversidades acreditaram na minha capacidade e vibraram com as minhas conquistas. Jamais poderei descrever todo amor e gratidão que sinto.

Aos meus professores da Universidade de Brasília, em especial ao professor André Appel, pela orientação no andamento deste trabalho, pela paciência, gentileza e confiança. Serei para sempre grata pela motivação que me deu e por me conduzir tão bem durante todo o processo.

Às oportunidades de estágio, na BCE e PRDF, durante a minha graduação que me proporcionaram grandes experiências. Gratulo especialmente as minhas chefes, Aline, Andiará e Érica. Mulheres maravilhosas as quais tive o prazer de conhecer no estágio na PRDF. Nunca faltou paciência e carinho ao longo dos dois últimos anos, além dos ensinamentos que levarei por toda a minha vida profissional.

Agradeço de todo o meu coração ao meu namorado Fernando. Desde o começo me apoiou e nunca me deixou desistir, comemorou todas as minhas vitórias e me ajudou muito durante a graduação. Não poderia deixar de mencionar a minha sogra, Regina, pelo amor, carinho e receptividade. A minha cunhada Ana Luiza pela amizade e apoio e ao meu cunhado Leonardo. As minhas primas, Layane, Laynara, Isabela, Larissa, Bianca, a minha madrinha Júlia e a minha amiga Micaela.

Aos meus tios, tias, avós e ao meu irmão Tiago, por mais que estejam longe acompanham a minha vida, torcem por mim e ficam felizes com todas as minhas realizações.

Agradeço também os amigos que ganhei durante a graduação, em especial Victória Wanderley, Isabela Esteves e Vinícius Mozart, por estarem comigo nos momentos bons e ruins, por todas as risadas, dificuldades e estresses que passamos juntos.

E por último, e menos importante, agradeço às pessoas que sempre duvidaram da minha capacidade, seja pela minha cor ou por minha classe social. Vocês estimularam a minha força de vontade, eu conseguiria sem vocês, mas é um prazer superar as estatísticas e as expectativas.

“Por vezes é penoso cumprir o dever, mas
nunca é tão penoso como não cumpri-lo”.

Alexandre Dumas

RESUMO

As bibliotecas têm, cada vez mais, feito adaptações em seus espaços físicos, acervos e serviços prestados com o intuito de torná-los mais acessíveis para pessoas com deficiência (PcD). Este trabalho tem como objetivo analisar as iniciativas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), a fim de verificar se esse público está sendo, ou não, acolhido adequadamente pela biblioteca. Para isso, recorreu-se à pesquisa qualitativa realizada por meio de visita guiada na biblioteca e entrevista online com uma das bibliotecárias do local. Os procedimentos foram subsidiados por um referencial teórico adquirido em base de dados de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). A estrutura do espaço físico apresenta acessibilidade satisfatória para o público PcD, já o acervo disponível é limitado, principalmente, na oferta de livros e recursos tecnológicos voltados para deficientes visuais. Os dados mostram que, apesar de a BNB ter iniciativas de inclusão, ela deve oferecer condições que possibilitem uma maior autonomia dos usuários com deficiência visual para assim ser considerada uma biblioteca inclusiva.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Biblioteca Nacional de Brasília.

ABSTRACT

Libraries have increasingly made adaptations in their physical spaces, collections and services with the intention of making them more accessible to people with disabilities. The aim of this work is to analyze the inclusion initiatives directed at people with disabilities in the National Library of Brasilia (BNB), in order to verify if the public is being adequately received by the library. To this end, we implemented qualitative research technics, including a guided tour inside BNB and online interview with one of the local librarians. The procedures were subsidized by a theoretical framework acquired in the database of Librarianship and Information Science. The structure of the physical space presents satisfactory accessibility for the public with disabilities, while the available collection is limited, mainly, in the offering of books and technological resources intended for the visually impaired. Data showed that, despite the fact that BNB has inclusion initiatives, it must offer further conditions that allow greater autonomy for users with visual impairments to be considered an inclusive library.

Keywords: Public Libraries. Accessibility. People with Disabilities. National Library of Brasilia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------------|--|----|
| Figura 1. | Percentual de municípios com bibliotecas públicas. | 16 |
| Figura 2. | Fachada da Biblioteca Nacional de Brasília. | 38 |
| Figura 3. | Espaço CLIC. | 39 |
| Figura 4. | Espaço Infantil. | 40 |
| Figura 5. | Livro Infantil em braile. | 41 |
| Figura 6. | Placas em braile de identificação de gênero nos banheiros. | 43 |
| Figura 7. | Corredores acessíveis. | 44 |
| Figura 8. | Sala em que funcionará a futura audioteca e parte do acervo de audiolivros. | 45 |
| Figura 9. | Mesa de estudo individual. | 45 |
| Figura 10. | Espaço GEEK. | 46 |
| Figura 11. | Espaço ZEN. | 47 |
| Figura 12. | Obras da BNB que serão repassadas a Biblioteca Braille Dorina Nowill. | 48 |
| Figura 13. | Entrada principal de acesso ao Espaço Cultural de Taguatinga. | 49 |
| Figura 14. | Entrada da Biblioteca Braille Dorina Nowill. | 50 |
| Figura 15. | Acervo da Biblioteca Braille Dorina Nowill. | 51 |
| Quadro 1. | Busca de literatura em bases BCI. | 34 |
| Quadro 2. | Frequência de usuários e turistas – 2018 a 2020. | 42 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| Abrapacem | Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdo-cegos e dos Múltiplos Deficientes Sensoriais |
| APS | Associação das Pioneiras Sociais |
| BCI | Biblioteconomia e Ciência da Informação |
| BDM | Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília |
| BDS | Biblioteca Digital e Sonora |
| BNB | Biblioteca Nacional de Brasília |
| Brapci | Base de dados em Ciência da Informação |
| CEC | Secretaria do Estado de Cultura do Distrito Federal |
| CEEDV | Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais |
| CEP/CHS | Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais |
| CLIC | Conectar, Ler, Interagir e Conhecer |
| COPOG | Coleção Popular Geral |
| DF | Distrito Federal |
| DI | Deficiência Intelectual |
| GDF | Governo do Distrito Federal |
| IBC | Instituto Benjamin Constante |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFLA | <i>International Federation of Library Associations</i> / Federação Internacional das Associações de Bibliotecários |
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| MEC | Ministério da Educação |
| MUNIC | Pesquisa de Informações Básicas Municipais |
| ONCB | Organização Nacional de Cegos do Brasil |
| ORCID | <i>Open Researcher and Contributor ID</i> / ID Aberto de Pesquisador e Contribuidor |
| PcD | Pessoa com Deficiência |
| PNE | Portador de Necessidade Especial |
| PNEE | Política Nacional de Educação Especial |

| | |
|--------|---|
| SciELO | <i>Scientific Electronic Library Online</i> / Biblioteca Eletrônica Científica Online |
| TICs | Tecnologias da Informação e Comunicação |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | JUSTIFICATIVA..... | 16 |
| 1.2 | OBJETIVOS | 18 |
| 1.2.1 | Objetivo geral | 18 |
| 1.2.2 | Objetivos específicos | 18 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 19 |
| 2.1 | TIPOS DE DEFICIÊNCIA | 22 |
| 2.1.1 | Deficiência Física | 23 |
| 2.1.2 | Deficiência Intelectual ou mental | 23 |
| 2.1.3 | Deficiência Auditiva e Surdez | 25 |
| 2.1.4 | Deficiência Visual e Cegueira | 26 |
| 2.1.5 | Deficiência Múltipla | 26 |
| 2.2 | BIBLIOTECAS PÚBLICAS | 27 |
| 2.3 | A BIBLIOTECA E A ACESSIBILIDADE VOLTADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... | 28 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 32 |
| 3.1 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 32 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 37 |
| 4.1 | A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA..... | 37 |
| 4.1.2 | Biblioteca Pública Braille Dorina Nowill | 48 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| | REFERÊNCIAS | 54 |
| | APÊNDICE A – Termo de informação e consentimento do estudo..... | 58 |
| | APÊNDICE B – Tópico guia para entrevista do estudo..... | 60 |
| | APÊNDICE C – Transcrição da entrevista | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Uma biblioteca, de forma tradicional, é o local de guarda, conservação, organização de livros e similares, cujo objetivo é apoiar a população em geral na leitura, estudo e consulta às obras. As bibliotecas públicas são espaços importantes no fortalecimento das ações de preservação e difusão do conhecimento, principalmente no que se refere às culturas locais, possuindo características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, este é considerado um centro de educação permanente de estímulo ao livro e à leitura (BRASIL, 2021).

As bibliotecas públicas no Brasil são, em teoria, locais democráticos de apropriação do saber. Na prática, esses espaços podem conter diversos percalços e limitações nessa aproximação com a informação, o que acaba distanciando uma parcela da população que está marginalizada desse acesso ao acervo disponível. Dentre esses grupos que nem sempre são contemplados por políticas públicas efetivas de inclusão podemos citar as pessoas com deficiência (PcD).

Muitas bibliotecas possuem projetos de inclusão digital voltados às pessoas com deficiência. Tais projetos buscam garantir os direitos de igualdade de acesso às bibliotecas e todo o seu acervo e oportunidades, na mesma medida em que oferece esses serviços às demais pessoas, sem qualquer espécie de discriminação. Afinal, temos no Brasil, cerca de 25% da população com algum tipo de deficiência, de acordo com dados do IBGE (2019). Neste país, a pessoa com deficiência está protegida por lei de todas as formas de negligência, discriminação, tratamento degradante ou desumano, dentre outras iniquidades decorrentes da sua condição.

A Lei nº 13.146, institui o direito de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu Capítulo IX, garante – entre outras conquistas – o acesso à cultura por parte dos PcD, focando sempre em um formato acessível. Em seu artigo 42 parágrafo 2º a lei diz que:

O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural observada às normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Na prática, são inúmeros os desafios de superação de obstáculos das PcD e, em determinadas situações, observa-se que a lei ainda está muito aquém do que se propõe. Citando, por exemplo, o acesso de pessoas com deficiência ocular aos livros. O estado brasileiro não possui nenhum estudo ou censo que preveja a demanda por livros em braille considerando as necessidades de todo o território nacional, ou levantamentos que permitam a comparação entre a porcentagem de acervo disponível, na modalidade em braille, em relação aos acervos completos de cada biblioteca pública. O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê a garantia de pedido de até 50 livros em braile nas escolas da rede pública e bibliotecas públicas com nova solicitação após o período de três meses (IBC, 2021). Ainda que o governo tenha acesso à demanda de livros em braille os dados não são abertos para acesso público.

Os dados sobre a procura de livros em braille são sempre recortes e estudos de caso sobre bibliotecas públicas, universitárias e escolares. Feitos pela comunidade acadêmica, como em Silva (2007), Dela Bianca (2019), Fialho e Silva (2012), os resultados mostram que há uma real falta de acessibilidade de livros em braille nas bibliotecas públicas brasileiras. Tal diagnóstico indica a necessidade de um levantamento de dados governamental amplo, em todo o território nacional para a mitigação macro de políticas públicas voltadas à garantia de direitos aos indivíduos portadores de deficiência visual no nosso país.

Segundo dados da Agência Brasil, em entrevista realizada com Alceu Kuhn, um dos diretores da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e representante da organização na Comissão Brasileira do Braille foi possível obter uma estimativa da disponibilidade de obras em braille. A União Mundial de Cegos, que representa aproximadamente 253 milhões de pessoas com deficiência visual de organizações em mais de 190 países, estima que cerca de 5% das obras literárias no mundo sejam transcritas em braille, em países desenvolvidos. Nos países mais pobres, essa porcentagem é de 1%. Entretanto Kuhn estima que no Brasil não alcançamos sequer 1% (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

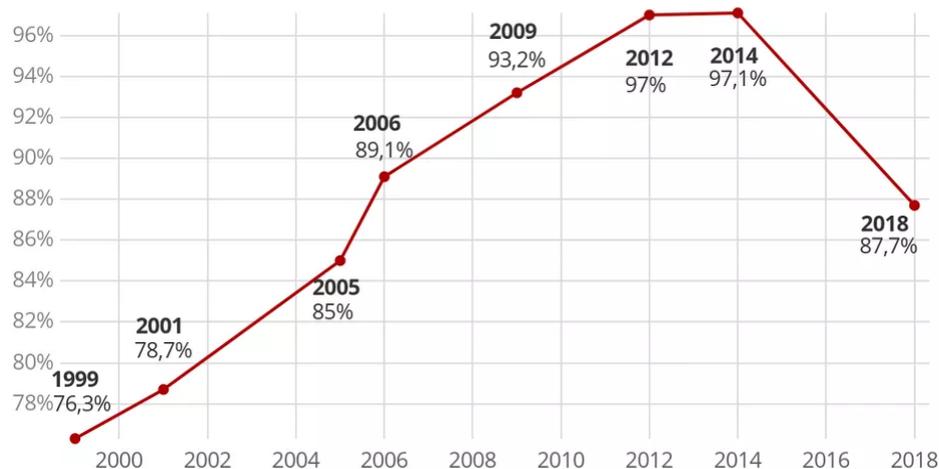
1.1 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema “A Biblioteca Nacional de Brasília e a acessibilidade destinada a pessoas com deficiência” (PcD), surgiu em decorrência da crescente necessidade de inclusão e acessibilidade nas bibliotecas públicas, considerando a grande proporção dessas pessoas no conjunto da população brasileira.

Segundo o levantamento feito em 2019 por Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 87,7% dos municípios brasileiros possuem bibliotecas públicas. À primeira vista, pode parecer um resultado positivo, porém de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de municípios com bibliotecas públicas caiu quase 10% em quatro anos, considerando o período de 2014 a 2018, como se pode observar a partir da Figura 1.

Figura 1. Percentual de municípios com bibliotecas públicas.

Percentual de cidades brasileiras com bibliotecas cresceu entre 1999 e 2014, mas diminuiu até 2018



Fonte: IBGE, 2019.

A diminuição do percentual das bibliotecas públicas nos municípios brasileiros não é o único problema. Soma-se a isso a falta de inovação tecnológica ou de um acervo pouco qualitativo acessível a todos os públicos.

Os baixos investimentos de gestores nesse setor são ainda mais acentuados nas cidades menores, longínquas, do país. Elementos que afastam a população deste espaço fundamental para uma boa base educacional.

Brasília é a terceira capital com melhor taxa de bibliotecas públicas, porém o dado não é inteiramente positivo. As capitais brasileiras têm um baixo índice de bibliotecas públicas por 100 mil habitantes, de acordo com dados do Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, encomendado pela Fundação Getúlio Vargas (2009).

Segundo Camargo (2017), nos contextos sociais inclusivos, as pessoas com deficiência respondem às mudanças com o objeto sociocultural e agem sobre ela. Dessa forma, temos a criação de laços de identidade, diferença e diversidade. Favorecendo o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Partindo deste pressuposto, a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos.

Fica como pergunta motivadora também se a Biblioteca Nacional de Brasília tem feito transformações para tornar o seu espaço e contexto mais inclusivo? Este trabalho tem como preocupação central compreender se os portadores de deficiência física se sentem ou não acolhidos pela biblioteca, sendo o acervo parte fundamental deste contexto de inclusão.

Como aponta ainda Camargo (2017), os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos têm suas características peculiares reconhecidas e valorizadas, transformam e são transformados por esse ambiente. Elementos próprios dos princípios da diversidade, identidade e diferença, e não da homogeneidade e dos espaços homogeneizantes.

Nesse sentido, as bibliotecas, com seus acervos diversos e com a tendência de implementação de novas tecnologias digitais, recebem um público amplo e totalmente heterogêneo. Culturas distintas, fenótipos diferentes e com limitações físicas das mais variadas.

Baseando-se no princípio de que bibliotecas públicas devem garantir acesso universal a todo e qualquer cidadão, por meio de políticas de acessibilidade, o presente trabalho tem a pretensão de estudar as ações voltadas à garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB). Tendo como pressuposto de que essa é uma biblioteca modelo recente, localizada na capital do país, e conta com alta disponibilidade tecnológica em seus serviços, portanto deveria ser uma das bibliotecas mais bem planejadas enquanto espaço democrático acessível do saber.

Partindo deste cenário, este trabalho consiste em mais um estudo de caso voltado aos interesses do público PcD, que pode, ou não, refletir outras realidades no Brasil. Conforme explicitado, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional de Brasília, sediada no Distrito Federal, e os dados quanto à política de acessibilidade da instituição foram coletados por meio de fontes primárias, visita guiada, entrevista online e observação.

1.2 OBJETIVOS

Para que o estudo proposto se desenvolva foi fundamental a definição dos objetivos, estes foram organizados em um objetivo primário definido como geral e quatro secundários, classificados como específicos. A definição de cada um dos objetivos está exposta nas subseções a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Evidenciar elementos e iniciativas de inclusão voltadas para as pessoas com deficiência conduzidas pela Biblioteca Nacional de Brasília.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar a capacidade técnica da Biblioteca Nacional de Brasília para o atendimento ao público PcD. Quanto à/a:
 - Infraestrutura
 - Capacitação dos profissionais
 - Acervo
- b) Identificar quais os métodos inclusivos oferecidos pela biblioteca.
- c) Verificar se o acesso ao acervo destinado a pessoas com deficiência na Biblioteca Nacional de Brasília está sendo feito de acordo com a Lei nº 13.146.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na idade contemporânea, a biblioteca deixa de ser acessada exclusivamente por pensadores e filósofos. Ela perde seu caráter restrito e se dissemina como casa do saber, sobretudo na segunda metade do século XX, com o rápido avanço tecnológico oriundo da Revolução Técnico-Científico-Informacional. A partir disso, as novas tecnologias passam a ser difundidas de forma acelerada. Houve um grande salto nos meios de transporte e comunicação. Todo esse processo culmina na difusão de culturas, de novas invenções e também no fortalecimento de organismos internacionais importantes.

É nesse contexto que surge um dos principais documentos mundiais que versa sobre inclusão social e educação especial, intitulado Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (UNESCO, 1994), largamente conhecido como Declaração de Salamanca.

O documento surge na Conferência Mundial de Educação Especial, na cidade de Salamanca, na Espanha, com a finalidade de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, de acordo com o movimento de inclusão social.

A conferência contou com representantes de 88 governos entre 7 e 10 de junho de 1994, O Brasil foi um dos países signatários da declaração, assumindo os compromissos levantados pelo documento, como o de incluir todas as crianças, jovens e adultos independente de suas dificuldades, reconhecer a necessidade e urgência do providenciamento de educação para portadores de necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino, assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. (UNESCO, 1994).

Ainda que exista um baixo investimento governamental no apoio aos profissionais que lidam recorrentemente no atendimento ao público PcD, práticas inclusivas têm sido possíveis devido ao investimento pessoal feito pelos próprios trabalhadores em sua formação e aprimoramento e algumas iniciativas desencadeadas pelas organizações de usuários portadores de necessidades especiais. Em grande parte, também pela popularização do braille, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e as contribuições das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Experiências comprovam o benefício de práticas de inclusão e acessibilidade que utilizam as TICs como ferramentas facilitadoras da aprendizagem para o público PcD. Internet, computadores, *tablets*, *software*, assim como equipamentos eletrônicos diversos podem auxiliar e tornar mais acessível o acesso à informação. Entretanto, não basta a biblioteca ter acesso aos equipamentos, é essencial que o bibliotecário tenha familiaridade com os recursos tecnológicos disponíveis, principalmente para que esses instrumentos possam ser plenamente utilizados e assimilados por usuários com necessidades especiais.

Algumas regulamentações e políticas de inclusão importantes foram elaboradas no Brasil após a conferência internacional realizada na Espanha. De acordo com o Instituto Benjamin Constant (2018), o sistema braille foi utilizado no Brasil, na sua forma original, até a década de 1940, quando precisou passar por modificações impostas pela reforma ortográfica da Língua Portuguesa. No ano de 1999 foi criada a Comissão Brasileira de Braille, referência da língua portuguesa no sistema braille. No ano seguinte, essa comissão passou a trabalhar em conjunto com uma comissão portuguesa criada com o mesmo objetivo. O trabalho foi concluído em 2002 e a grafia braille para a língua portuguesa passou a ser adotada em todos os territórios brasileiros e portugueses, conforme a recomendação da União Mundial de Cegos e da Unesco.

Trata-se, portanto, de um documento normatizador e de consulta, destinado especialmente a professores, transcritores, revisores e usuários deste sistema que revolucionou a vida dos usuários portadores de deficiência visual de todo o mundo, permitindo a sua inclusão social, o desenvolvimento de suas potencialidades e uma grande difusão deste sistema no país.

Apesar de grandes avanços, as bibliotecas ainda enfrentam problemas quando se trata de incluir usuários com deficiências mais graves, por exemplo, síndromes do espectro autista, com comprometimento comportamental, ou deficiência intelectual severa. Enfim, casos que devem ser pensados em sua singularidade e que, muitas vezes, não possuem uma solução unânime nem fácil de ser encontrada.

Barbosa (2016), em seu trabalho sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiências intelectuais em bibliotecas públicas, utiliza como recorte a Biblioteca de São Paulo. A autora usa uma abordagem qualitativa para o estudo de três categorias: acervo, atendimento e atividades.

Ao longo dos séculos, as bibliotecas vêm modificando seu conceito, estrutura, missão e estratégias em função das mudanças na sociedade. Se inicialmente assumiram caráter restritivo, sendo consideradas apenas como depósito de livros, as bibliotecas modernas assumem caráter amplo, de apoio à educação e ao desenvolvimento cultural e social. (BARBOSA, 2016, p.19).

Um dos principais desafios da inclusão, entendida no seu sentido mais amplo, é o investimento na estrutura, que vai desde recursos materiais, acesso físico, capacitação e qualificação profissional. Um marco importante e que orienta todo trabalho que visa defender o direito das pessoas com deficiência em nosso país é a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de uma conquista recente dessa parcela da população brasileira que busca exercer sua cidadania plena, bem como sua inclusão social, com a garantia de liberdades e direitos que as PcD carecem. Portanto, o estatuto garante acesso à saúde, educação, cultura, direitos trabalhistas e prevê punições para possíveis atitudes discriminatórias contra essas pessoas.

A especificidade deste estudo de caso tem como recorte uma importante biblioteca de um grande centro urbano. Parte do pressuposto que as maiores bibliotecas das grandes cidades possuem uma demanda ampla de público, onde há a necessidade de diversificação de acervo e uma melhor acessibilidade ao seu espaço físico. O foco não foi estudar a acessibilidade sob um tipo de deficiência apenas, mas tentou-se abarcar os diferentes interesses e particularidades de todo o público PcD.

2.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIA

De acordo com a Lei nº 13.146, Art. 2º, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituída apenas em 2015, sendo uma grande conquista dos direitos às garantias fundamentais para a equiparação das pessoas com deficiência em relação à sociedade.

Segundo o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem mais de 45 milhões de pessoas com ao menos uma das deficiências estipuladas pelo estatuto de 2015, o que representaria aproximadamente 24% da população brasileira e, algumas iniciativas voltadas a este público, datam da época do Brasil Imperial, como se pode observar a seguir.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008, p. 6).

Historicamente o atendimento educacional e informacional voltado às pessoas com deficiência no Brasil, esteve restrito aos grandes centros urbanos. E, em algumas situações, as pessoas com deficiência encontram nas principais cidades do Brasil oportunidades, quer seja no tratamento ou acompanhamento de sua necessidade especial ou na oferta de iniciativas que melhorem a sua acessibilidade às ações e serviços.

A Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, por exemplo, é mantida pela Associação das Pioneiras Sociais (APS), órgão instituído pela Lei nº 8.246/91, de 22 de outubro de 1991. É constituída por nove unidades, todas estão localizadas em

capitais brasileiras, atendendo milhões de pessoas com deficiência e oferecem um atendimento de excelência no que se refere à saúde e reabilitação de PcD.

De acordo com o Estatuto do Portador de Deficiência, considerando o tipo de limitação ou a incapacidade para o desempenho de atividades, as deficiências podem ser enquadradas ou subdivididas nas categorias destacadas a seguir.

2.1.1 Deficiência Física

A deficiência física, conhecida também como deficiência motora, é uma limitação do funcionamento completo ou parcial de partes do corpo humano, como membros inferiores e membros superiores. Os membros podem apresentar mal funcionamento, que podem acarretar uma paralisia em diferentes níveis. As pessoas com deficiência física ou motora têm a necessidade de acompanhamento de profissionais que sejam especializados em psicologia e fisioterapia, pela necessidade de enfrentar as suas limitações e também para que conheçam as suas capacidades e que consigam se fortalecer e aceitar seus limites. Existem vários tipos de deficiências físicas: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação, paralisia cerebral e ostomia. Para esta categoria de deficiência, as iniciativas de facilitação do acesso físico aos locais, como a construção de rampas nas calçadas e estacionamentos, são exemplos de condições imprescindíveis para a inclusão desse público (BRASIL, 2010).

2.1.2 Deficiência Intelectual ou mental

As doenças de transtorno mental, na maioria dos casos, são condições de saúde que envolvem mudança de comportamento, pensamento e emoções. Parte das pessoas que estão associadas a essa condição apresentam um quadro que não é

permanente e que não influi diretamente em qualquer tipo de prejuízo, por exemplo, no acesso ao acervo ou na compreensão das obras de uma biblioteca. Quadros de ansiedade, esquizofrenia, depressão e fobias sociais, podem ser controlados ou revertidos com tratamento, sendo uma situação, na maioria das vezes, temporária. Sendo assim essas pessoas não são consideradas pela Lei como portadoras de necessidades especiais.

O Decreto nº 5.296/04 em seu art.5º conceitua a deficiência mental como sendo aquela que apresenta um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde; segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

Seguindo o que é estipulado pela lei, a deficiência intelectual é um transtorno de desenvolvimento que é caracterizada por um nível cognitivo de inteligência bem abaixo do esperado (QI abaixo de 70). Além de passarem por muitas dificuldades significativas em sua vida diária, pessoas que portam da deficiência intelectual (DI) processam as informações mais lentamente, têm dificuldade na comunicação, em suas habilidades cotidianas e com conceitos abstratos. A deficiência intelectual também pode ser causada por uma condição genética, problemas na gravidez e no parto, doenças e fatores ambientais (BRASIL, 2004).

Os tipos de deficiência intelectual mais comuns, classificados como PcD são: Síndrome do X frágil, Síndrome de Down, Atraso no Desenvolvimento, Síndrome do Álcool Fetal.

A Síndrome do X frágil é uma condição genética causada por uma mutação e alteração na estrutura do DNA no cromossomo X. A síndrome de Down não é uma doença, mas uma desordem genética que ocorre quando alguém nasce com uma duplicação do cromossomo 21 em seu DNA. O atraso no desenvolvimento é diagnosticado quando uma criança tem o desenvolvimento mais lento em comparação a outras que tenham a mesma idade, podendo ser um sinal de atraso ou apenas particularidade do indivíduo. Neste caso, uma ou mais áreas do desenvolvimento podem ser afetadas, incluindo a capacidade de locomoção, comunicação, aprendizagem e interação com outras crianças. A síndrome do álcool fetal está relacionada a condições causadas pela exposição do feto ao álcool. Quando uma

mulher está grávida, o álcool cruza a placenta da corrente sanguínea da mãe para a do bebê, expondo-o a concentrações semelhantes às da mãe.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em seu artigo 1º, Inciso 2º, a pessoa com transtorno do espectro autista passa a ser considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

O conceito de deficiência intelectual ou mental gera muita controvérsia e está sendo revisado até os dias atuais, apesar de alguns grupos pressionarem o governo a uma revisão das doenças mentais, a classificação como PcD ainda é bastante limitada seguindo o que está na lei. Independente das falhas ou atrasos na legislação que versa sobre os transtornos mentais e sua incorporação às garantias de PcD, qualquer indivíduo merece respeito e garantia de acesso livre às dependências de bibliotecas ou quaisquer outros estabelecimentos de uso público. Cabe aos serviços e profissionais investirem em atenção humanizada na recepção, na acolhida e no atendimento prestado a esse público.

2.1.3 Deficiência Auditiva e Surdez

A política nacional de saúde da pessoa com deficiência (2010), elaborada pelo Ministério da Saúde, classifica como deficiência auditiva a perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo. Pessoa com deficiência auditiva é todo aquele que tem a ausência da audição, deste modo não ouve qualquer som. É considerada deficiência auditiva parcial, todo aquele que tenha a capacidade de ouvir limitada, mas que passa a ouvir com ajuda de prótese auditiva. Os tipos de deficiência auditiva são: Condutiva, Mista Neurosensorial e Central.

Para acessibilidade deste público é imprescindível a formação e qualificação profissional no uso da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). A lei nº 10.436 reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país. Tanto o poder público, como as empresas que prestam serviços públicos, devem apoiar o uso e difusão da LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. O sistema de educação municipal, estadual e

federal devem garantir a inclusão de LIBRAS nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior. Sendo parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2004).

2.1.4 Deficiência Visual e Cegueira

A deficiência visual é caracterizada pela limitação ou perda das funções básicas do olho e do sistema visual. O deficiente visual pode ser a pessoa cega com perda total de visão ou com baixa visão. O dano que impede a visão pode ser causado no nascimento, ao longo da vida do ser humano ou ainda no útero materno. A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, foram regulamentadas pelo decreto nº 5.296, que versam sobre a dificuldade de locomoção em locais pouco conhecidos pelo público PcD, defendem que os espaços e bibliotecas públicas devem estar bem sinalizados para apoiar a condução de indivíduos com deficiência visual em todas as sessões e, devem dispor de ampla variedade de obras em braille para facilitar o acesso dos conteúdos a esse público (BRASIL, 2004).

2.1.5 Deficiência Múltipla

De acordo com Política Nacional de Educação Especial (PNEE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1994, Deficiência múltipla é a definição utilizada para pessoas que portam mais de uma das deficiências primárias citadas até aqui (física, mental, auditiva ou visual), as más-formações congênitas e as infecções virais, como a rubéola, sarampo e algumas doenças sexualmente transmissíveis, são as principais causadoras da deficiência múltipla.

Para outros estudiosos do tema, o que determina a deficiência múltipla, não é a associação de duas ou mais deficiências, mas o quanto estas impactam nas habilidades e percepções do indivíduo. Como visto em Godói (2006, p. 11):

Não é a soma da associação de deficiências que irá caracterizar a deficiência múltipla, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais,

de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas.

Visão semelhante observa-se na Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdo-cegos e dos Múltiplos Deficientes Sensoriais (Abrapacem), a deficiência múltipla é classificada pela forma como a deficiência afetar a vida, o aprendizado de atividades simples e o desenvolvimento da comunicação do indivíduo. Varia de acordo com o grau de comprometimento proporcionado pelas deficiências, associado aos estímulos que essa pessoa irá receber ao longo da vida.

Da mesma forma que se deve investir em adaptação dos espaços para os outros tipos de deficiência, deve-se considerar a deficiência múltipla no acesso de bibliotecas públicas para não impedir a garantia do direito à informação, educação e leitura, em qualquer medida e a todos os cidadãos.

2.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A história da Biblioteca Pública no Brasil começa no ano de 1811, quando Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco criou um projeto e encaminhou ao governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação para a fundação de uma Biblioteca. De acordo com Suaiden (2000), esse documento, historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área da educação. Em 4 de agosto de 1811, o documento foi aprovado e a primeira Biblioteca Pública foi inaugurada no colégio dos jesuítas. Logo após essa data, outras bibliotecas foram criadas para que os grupos que não fossem privilegiados pudessem ter acesso à informação, pois naquela época a educação era precária e a taxa de analfabetismo no Brasil era muito elevada.

Segundo o manifesto publicado pela *International Federation of Library Associations*/Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA/UNESCO, 1994) sobre bibliotecas públicas, “biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. Os serviços da biblioteca pública devem ser igualitários e para o acesso de todos os usuários, sem diferenciação de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Para Santos e

Santos (2012), a biblioteca pública, por ser definida como um centro local de informação possui como potencial usuário, todo e qualquer cidadão que tenha necessidade informacional. Dessa forma a Biblioteca Pública desempenha um papel importante para a sociedade como um todo, para muitos usuários ela se constitui como um dos únicos meios de acesso ao saber.

A Biblioteca Pública é um local propício para a comunidade que deseja ter acesso à informação e que seja útil para o seu desenvolvimento cultural e social. De acordo com Almeida Júnior (1997), no decorrer de sua trajetória, o mais importante era o guardar, manter, ou armazenar, preservar. Mesmo com muitas propostas de atendimento formal ao usuário, com o surgimento do Serviço de Referência, a preservação ainda se conservou como a preocupação maior da biblioteca pública. Mas, até hoje, a biblioteca é um amplo espaço de leitura e acesso ao conhecimento.

A biblioteca pública como provedora de informação deve se ater às necessidades informacionais da comunidade de usuários que atende. Sua função é ser geradora de conhecimentos, através da oferta de informação, na medida em que a informação e o conhecimento caminham juntos, tornando-se, assim, uma fonte de conhecimento que propicia a inclusão social e a prática da cidadania. (FREITAS; SILVA, 2013, p. 126).

Freitas e Silva (2013), mostram que as bibliotecas públicas são instrumentos sociais para a sociedade que contém informação e conhecimento na qual estão sendo incluídas sendo necessário destacar o papel social do bibliotecário que atua nesses espaços. Esse profissional precisa transformar a atitude passiva de colocar o processamento técnico e tudo o que se refere ao tratamento dos livros como o mais importante e adotar uma atitude mais ativa, pensando nos reais interesses e necessidades de seus usuários.

2.3 A BIBLIOTECA E A ACESSIBILIDADE VOLTADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É notório que a acessibilidade ao espaço físico da biblioteca, incluindo o seu acervo, é fundamental, para que a PcD se sinta acolhida ao ambiente. Os usuários que apresentam limitações nos sentidos sensoriais, notadamente os que possuem

deficiência visual e auditiva, podem ter suas percepções limitadas se a biblioteca não estiver preparada para acolher esses públicos especificamente. Isso porque:

As pessoas com deficiência de natureza visual ou auditiva têm o acesso à informação e comunicação mais comprometido do que as pessoas com outras deficiências. Uma pessoa deficiente visual, por exemplo, sofre sérias limitações no acesso à informação por ser cego ou com baixa visão, assim como pela escassez de materiais acessíveis. Por sua vez, a pessoa com deficiência auditiva enfrenta barreiras em termos de comunicação, uma vez que mesmo que ela domine a Libras, é notório que a maioria da população não conhece essa língua, o que seria necessário para a efetividade do processo comunicacional. (PINHEIRO; RODRIGUES; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2020, p. 10)

O deficiente visual tem um acervo limitado, pois nem todas as obras estão disponíveis no formato braille. Muitas bibliotecas não possuem nenhuma obra nesse formato. Existem ainda bibliotecas inclusivas voltadas para este público-alvo, que não tem piso tátil, este é o caso do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) e da biblioteca pública Dorina Nowill, localizadas no Distrito Federal (DF), há poucos quilômetros de distância da BNB, observadas no estudo de Dela Bianca (2019):

Ao visitar as bibliotecas, foi interessante notar que nas duas únicas instituições voltadas para o público de pessoa com deficiência visual ambas não possuíam qualquer tipo de identificação em braille ou piso direcional que pudesse orientar os deficientes na ambientação do espaço. (DELA BIANCA, 2019, p. 74).

[...] nenhuma possuía qualquer tipo de identificação ou sinalização que proporcionasse o acesso adequado à biblioteca, fazendo com que a pessoa com deficiência visual que estivesse desacompanhado ou que não fosse assessorado por algum funcionário da instituição não tivesse condições de utilizar o espaço. Fato esse que pode levar a desestimulação em frequentar uma biblioteca. (DELA BIANCA, 2019, p. 75).

No caso do deficiente auditivo, o usuário só conseguirá auxílio em sua pesquisa se houver profissional qualificado que compreenda Libras. A comunicação deveria ser um facilitador, mas comumente, é um desafio no dia-a-dia dos indivíduos com deficiência auditiva. Mesmo nos órgãos públicos do DF não existe qualquer incentivo governamental relevante para a formação em Libras de servidores que atendem ao público. Segundo a IFLA (2010), a acessibilidade é um dos fatores principais para a prestação de um serviço de qualidade na biblioteca pública. O acesso aos serviços

deve ser organizado com a melhor comodidade possível para usuários efetivos ou potenciais.

As dificuldades enfrentadas pelo público PcD, citadas neste tópico, são classificadas por Sasaki (2009) como dimensões da acessibilidade arquitetônica e comunicacional. O autor define, ao todo, seis dimensões da acessibilidade que influenciam na autonomia da pessoa com deficiência:

- a) Acessibilidade arquitetônica: eliminação ou alternativa as barreiras físicas que dificultam o acesso aos ambientes;
- b) Acessibilidade comunicacional: extinção dos impedimentos de comunicação e escrita;
- c) Acessibilidade metodológica: qualificação, métodos e técnicas no atendimento;
- d) Acessibilidade instrumental: tecnologias e ferramentas adequadas;
- e) Acessibilidade programática: atenuação dos impedimentos ocultos em políticas públicas;
- f) Acessibilidade atitudinal: fim de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

As Bibliotecas como espaço de informação devem alcançar todos os públicos, se importando com as suas necessidades. De acordo com Ferreira e Chagas (2016) a unidade de informação com um todo precisa investir para atrair os usuários PcD ao seu ambiente, criando ações que deixem seu acervo com informações mais visuais, recursos audiovisuais adaptados com legendas mais detalhadas e que proporcionem a esse público, melhor comunicação e atendimento que sejam apropriados para o uso de habilidades e competências, para melhorias no acesso aos diversos recursos tecnológicos.

Essas pessoas, através de muitos esforços, estão conquistando seu espaço e buscando a efetivação de seus direitos, que, mesmo tendo sido assegurados por políticas públicas nacionais, ainda não foram implementados, de acordo com o que propõe a lei. Apesar disso, é possível notar um número cada vez maior de pessoas com deficiências, nas ruas, nas escolas e em locais públicos e assumindo seus espaços no mercado de trabalho e na sociedade em geral (FERREIRA; CHAGAS, 2016, p. 85).

No entanto, Roma e Cavalcante (2018) fazem um alerta para uma visão de senso comum que frequentemente mistura os conceitos de acesso e acessibilidade,

enquanto o acesso garante o básico necessário as PcD, a acessibilidade promoveria a verdadeira inclusão, como explicitado no trecho a seguir:

Existe uma confusão quanto à utilização, na prática, dos conceitos de acessibilidade e acesso, que pode ser observada em determinados momentos e, por isso, são necessários esclarecimentos. A acessibilidade está relacionada à pessoa com necessidades especiais, quando esta consegue adentrar um espaço, movimentar-se dentro deste e utilizá-lo como qualquer outro indivíduo. O acesso é quando o indivíduo chega até o espaço, mas não consegue movimentar-se dentro dele. Pois, muitas vezes, os ambientes têm acesso, mas não têm acessibilidade (ROMA; CAVALCANTE, 2018, p. 170).

Existe uma norma técnica brasileira relacionada à acessibilidade que foi criada no ano de 1985, a NBR 9050/2004, que trata da acessibilidade, oferecendo à pessoas com deficiência maior facilidade de mobilidade, de qualidade de vida e de acesso à serviços básicos, como nos casos dos prédios públicos que são adaptados. Esta norma técnica foi revista em 1994 e 2004 e teve sua regulamentação em todos os princípios de acessibilidade no Brasil (NBR, 2004).

O fazer profissional do bibliotecário de referência não se restringe mais apenas ao conhecimento do acervo físico de sua biblioteca, mas também a serviços e tecnologias que buscam ampliar o horizonte do pesquisador, sempre em busca de inovações as quais devem ser contabilizadas, já mesmo durante a sua formação, para que a prática junto às pessoas com deficiências seja desafio brando (DIAS, 2018, p. 11).

De acordo com Silva e Bernardino (2015), às bibliotecas têm um papel importante de cumprir com sua função social se preocupando com a acessibilidade, no sentido de dar condição para que as ferramentas e dispositivos alcancem todas as pessoas independente de ter ou não uma deficiência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste estudo foram limitados pelo distanciamento social imposto pela COVID-19 (pandemia do coronavírus), que começou em 2019 e perdurou durante toda a realização da pesquisa, culminando no fechamento temporário do espaço físico da BNB, desde o dia 12 de março de 2020, se estendendo por tempo indeterminado. Os protocolos de retorno à atividade presencial no prédio ficaram suspensos em virtude da constatação de aumento de casos de COVID-19 na cidade de Brasília. (GDF, 2020).

Dessa forma optou-se pela adoção de um estudo qualitativo, feito com base na análise de trabalhos anteriores sobre temas semelhantes, nas percepções de um bibliotecário local, na observação do espaço físico, bem como, do acervo disponível. Após trocas de e-mail e contatos por telefone com os bibliotecários responsáveis pela Biblioteca Nacional de Brasília, duas solicitações foram gentilmente concedidas, primeiro a realização de uma entrevista online, segundo uma visita guiada, sendo que ambas ocorreram com a supervisão de um dos bibliotecários/as responsáveis pela BNB.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Um dos métodos mais utilizados para realização de pesquisas é o estudo de caso. De acordo com Yin (2001), trata-se de um método qualitativo que é utilizado como forma de estudo de uma unidade individual. Os estudos de caso, assim como em outras estratégias de pesquisa, expõem um modo para poder apurar um tópico prático com um determinado conjunto de procedimentos e pode ser também uma estratégia de pesquisa que apresenta um método que envolve todas as abordagens de coletas e análise de dados.

A tendência do estudo de caso é procurar desenvolver quais as decisões que serão tomadas. Yin (2001) classifica os estudos de caso quanto aos seus tipos, sendo eles: descritivo, explanatório e exploratório. E também de acordo com as suas características, podendo ser elas: especificidade, pluralidade, contemporaneidade e análise intensiva.

Com base na classificação da pesquisa apresentada por Yin (2001), as técnicas de pesquisa adotadas neste trabalho foram:

- a) Entrevista online com bibliotecário/a representante da BNB;
- b) Tópico guia elaborado para orientar a entrevista com representante da BNB;
- c) Reunião online com os responsáveis pela Biblioteca Nacional de Brasília;
- d) Procura de dados referentes ao acervo da Biblioteca;
- e) Coleta de dados a partir do site da BNB, sobre aspectos de acessibilidade;
- f) Dados coletados in loco, a partir de visita à Instituição;

O Quadro 1 foi criado para expor o levantamento de dados bibliográficos com pesquisas em variadas fontes de informação, que foram posteriormente utilizados para a composição do referencial teórico. Dentro dessa pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Pessoas com Deficiência” e “Biblioteca (and) deficiência”. Outras estratégias foram utilizadas nas plataformas Brapci e Google acadêmico, com a intenção de refinar a pesquisa, sendo os termos: “Ciência da informação e pessoas com deficiência” e “Acessibilidade bibliotecas públicas”. Foram recuperados artigos científicos, teses, dissertações e monografias. O resultado numérico das buscas pode ser observado no Quadro 1.

É importante destacar que as estratégias de busca foram adaptadas a cada base de dados, levando em consideração que alguns termos quando repetidos recuperaram itens em excesso. Grande parte destes itens não tinham relação direta com o tema proposto por esta pesquisa e foram descartados na elaboração deste quadro.

Ao utilizar a busca na base de dados da Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM), os itens recuperados eram sempre numerosos. Com a finalidade de reduzir esse quantitativo, utilizou-se a técnica de pesquisa “Biblioteca (and) deficiência”, recuperando 5.724 documentos. Número ainda elevado, sendo necessária a classificação por relevância, ferramenta disponível no próprio site da biblioteca virtual. Após a leitura de resumos, os trabalhos mais próximos ao assunto desta pesquisa foram selecionados, por fim, os estudos de Dela Bianca (2019) e Dias (2018) foram utilizados como fontes para a construção deste texto.

Quadro 1. Busca de literatura em bases BCI.

| Base | Termos / estratégia de busca | Quantidade de itens recuperados |
|------------------|---|---------------------------------|
| Brapci | Biblioteca (and) deficiência | 36 |
| | “Pessoas com deficiência” | 5 |
| | Ciência da informação e pessoas com deficiência | 1 |
| Google acadêmico | Biblioteca (and) deficiência | 248.000 |
| | “Pessoas com deficiência” | 848.000 |
| | "Acessibilidade bibliotecas públicas" | 5 |
| BDM | Biblioteca (and) deficiência | 5.724 |
| | “Pessoas com deficiência” | 25.472 |
| ORCID | Biblioteca (and) deficiência | 2.955.428 |
| | “Pessoas com deficiência” | 4 |
| SciELO | Biblioteca (and) deficiência | 41 |
| | “Pessoas com deficiência” | 72 |

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

A base de dados *Scientific Electronic Library Online* / Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), também apresentou alto número de itens recuperados, havendo uma pós-seleção dos artigos e periódicos que mais se assimilariam ao tema proposto. Sendo, no total, três documentos considerados relevantes para o desenvolvimento desta monografia.

O presente estudo é de natureza descritiva, tendo como principal objetivo descrever o máximo possível sobre a Biblioteca Nacional de Brasília e o acervo destinado a pessoas com necessidades especiais, apresentando características e conceitos para, depois, partir para uma análise sobre as variáveis definidas no tema. De acordo com Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza.

O levantamento de dados foi elaborado por meio de uma entrevista online com um dos bibliotecários responsáveis pela BNB. Única alternativa possível, em um primeiro momento, devido à pandemia do COVID-19, pois o vírus dificultou o contato pessoal, exigindo ainda no ano de 2021 o distanciamento social. As atividades da Biblioteca Nacional de Brasília estão funcionando apenas de maneira remota, fazendo com que a maior parte da pesquisa seja feita de forma online.

Em um segundo momento, com a flexibilização de medidas de combate a pandemia, foi possível a realização de uma visita guiada, supervisionada pelo mesmo bibliotecário/a que participou da entrevista online no momento anterior. Nesta fase não estava havendo utilização do espaço público por usuários, por conta da pandemia, mas os servidores estavam trabalhando presencialmente, em escala, porém sem atendimento externo.

Visando preservar a identidade do servidor da BNB que atendeu as solicitações propostas nesta pesquisa, entrevista e visita à biblioteca, o classificaremos apenas como Bibliotecário. Tendo em vista a dificuldade em contatar a biblioteca via e-mail e telefone, o trabalho não foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UnB, via plataforma Brasil. Entretanto, foram seguidas as diretrizes e normas recomendadas no site do comitê¹. Ainda que se trate de uma abordagem de pesquisa com seres humanos, não houve qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do indivíduo participante.

Dessa forma, foram definidos alguns procedimentos técnicos de apoio à entrevista, entre eles um termo de consentimento livre e esclarecido que foi apresentado ao Bibliotecário (Apêndice A), o qual pautou, essencialmente, as seguintes informações: características do estudo de caso; critério de seleção e procedimento para participação na entrevista; resultados e/ou benefícios decorrentes da participação; garantia de anonimato; informações de contato; espaço para consentimento mediante assinatura.

A entrevista foi realizada após envio do termo assinado pela/o participante convidada/o. A entrevista foi conduzida na internet, por meio do *software* Microsoft Teams, plataforma institucional da Universidade de Brasília, tendo sido criado um

¹ <https://www.cepchs.unb.br/>

endereço URL exclusivamente para a interação com o entrevistado. Essa aplicação possibilita a realização de chamadas de vídeo criptografadas ponto-a-ponto, ou seja, garante que ninguém seja capaz de interceptar ou ter acesso ao conteúdo de chamadas por meio dela realizadas.

O tópico guia que orientou a entrevista com o/a Bibliotecário está disponível no final deste trabalho (Apêndice B). Totalizando onze perguntas. A interação foi gravada no computador pessoal do entrevistador e transcrita (Apêndice C) para uma melhor análise dos dados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas restrições gerais impostas pela COVID-19 criaram barreiras para a aplicação da pesquisa, tanto no acesso a BNB esvaziada de pessoas, como a própria entrevista feita de forma-online, foram adaptações de ideias iniciais maiores.

Respeitou-se fielmente a linguagem do entrevistado. Ressalta-se, novamente, que para salvaguardar a identidade do profissional seu nome foi oculto, identificando-o apenas por “Bibliotecário”. Todo o depoimento e observações registradas durante a visita ao espaço físico da biblioteca foram autorizados a serem divulgados nesta pesquisa. Fez-se o possível para alcançar alguns resultados preliminares com base na aliança dos conhecimentos levantados durante o referencial teórico com a práxis.

Por meio das observações pode-se analisar certos aspectos das dimensões de acessibilidade mencionadas em Sasaki (2009), notando-se a invisibilidade que recai sobre as PcD, a exceção da parte arquitetônica, com uma infraestrutura que se não for impecável, não foi passível de falhas a serem observadas nesta análise, mesmo mais crítica.

4.1 A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA

A BNB é a principal biblioteca pública da capital do Brasil. Apesar do prédio ter sido inaugurado em 2006, sua abertura ao público aconteceu apenas em 2008, com aquisição inicial de um acervo de 50 mil livros, além de reformas em sua estrutura para uma melhor acomodação dos usuários em seu ambiente. Mesmo a inauguração sendo recente, a biblioteca foi concebida no plano original de construção da capital federal. Ela faz parte do Conjunto Cultural da República projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Localizada no eixo monumental, próximo à Esplanada dos Ministérios e às principais sedes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), tendo uma posição de destaque no projeto da cidade, ficando a poucos passos do principal ponto de trânsito de pessoas do Distrito Federal (DF), a rodoviária de Brasília.

O lugar, por si só, faz com que simbolicamente, essa biblioteca seja uma das mais importantes do país, ainda que o acervo esteja em constante evolução e muito

aquém de outras bibliotecas mais antigas do Brasil. A BNB tem a proposta de aliar tecnologia de ponta aplicada à difusão de conhecimento, com políticas voltadas para a inclusão social e digital.

Figura 2. Fachada da Biblioteca Nacional de Brasília.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

A imagem acima (Figura 2) é da fachada principal da Biblioteca Nacional, localizada no centro de Brasília na Esplanada dos Ministérios. Toda a parte externa da biblioteca contém pisos táteis, para melhor acessibilidade de deficientes visuais.

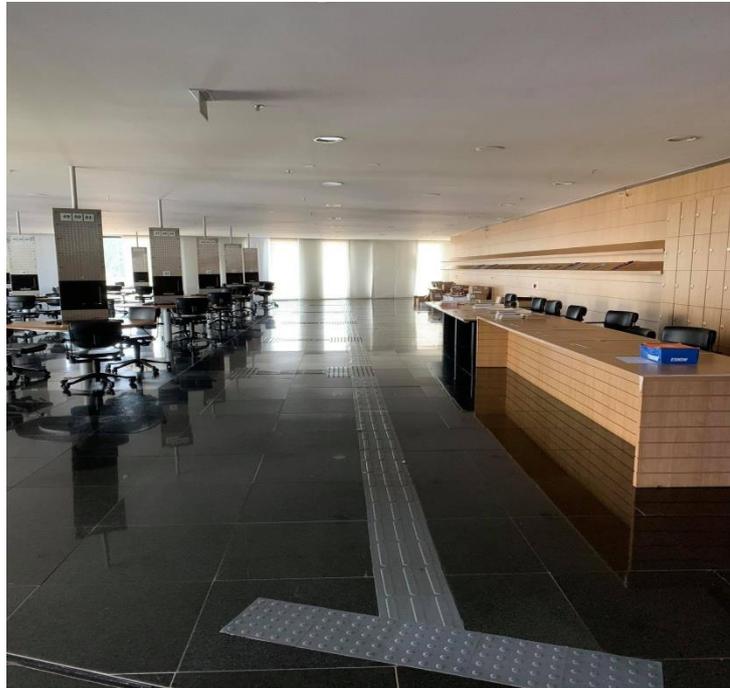
No ano de 2013, o site² do Governo do Distrito Federal (GDF) noticiou que como parte de seu processo de expansão e integração com os seus usuários, a BNB promoveria a abertura do seu acervo físico, possibilitando não apenas a consulta, mas também o empréstimo de livros. Inicialmente 15 mil exemplares foram colocados à disposição do público, somente as obras que compõem a Coleção Popular Geral (COPOG) foram disponibilizadas para a realização de empréstimos, o usuário precisa apenas fazer um cadastro gratuito na própria biblioteca.

Além do serviço de empréstimo, a BNB, por ser relativamente nova e planejada, possui uma estrutura moderna, com espaço físico acessível, climatizado e com acesso a rede *Wi-Fi*, sem fio. Sua estrutura conta com espaço CLIC (Conectar, Ler, Interagir e Conhecer) localizado no térreo, equipado com 51 computadores para

² <http://www.cultura.df.gov.br/biblioteca-nacional-de-brasilia-vai-emprestar-acervo-aos-usuarios/>

acesso gratuito à internet, o usuário tem acesso ainda a acomodações para leitura de obras digitais, revistas e jornais.

Figura 3. Espaço CLIC.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

Apesar do aparato tecnológico e interativo, a comunicação interpessoal pode ser um problema para o público PcD, em especial os deficientes auditivos, é o que demonstra a fala do entrevistado a seguir:

O quadro de funcionários depende da secretaria, não é a BNB que contrata esses funcionários, é muito difícil ter essa possibilidade de contratar. E a secretaria de cultura conta com muitos outros espaços, tem museus e outros espaços culturais, então nem sempre tem gente especializada. E a Biblioteca não conta com profissionais da referência que saibam se comunicar com esse público em específico (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

O espaço infantil da biblioteca fica localizado no térreo, o espaço é totalmente destinado às crianças. O espaço conta com um acervo físico de livros, mobília em tamanho adequado, totalmente equipado para receber crianças de até 11 anos de idade, atividades recreativas, educativas e instalações para jogos (Figura 4).

Figura 4. Espaço Infantil.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

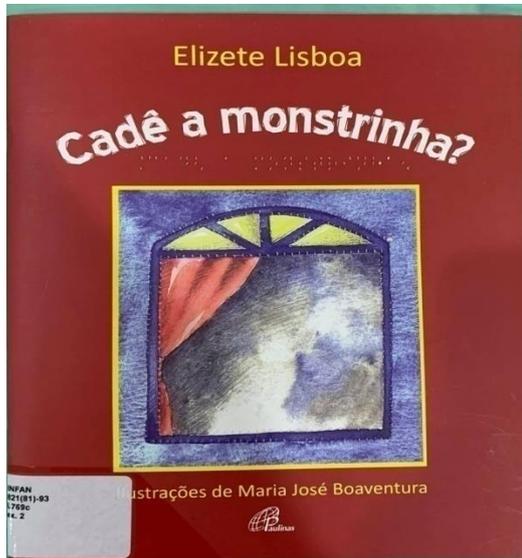
De acordo com o Bibliotecário, existem poucos livros em braille na instituição, sendo estes do acervo da literatura infantil, disponíveis neste espaço. Foi argumentado que os livros em Braille destinados a adultos são repassados para a Biblioteca Braille Dorina Nowil, que será objeto de análise mais à frente. A falta de um acervo destinado a pessoas com deficiência visual pode ser considerada como, e potencialmente momentânea, contraditória, pois em todos os andares do prédio da BNB existe piso tátil, inclusive nas salas em que se localiza o acervo.

Os espaços foram pensados na questão da inclusão tanto social quanto digital. E a parte digital foi bastante envolvida no projeto. E os espaços, como o infantil, espaço de acesso digital, espaço de estudo, o acervo, foi tudo pensado de uma forma acessível, mas não foi pensado especificamente no público PcD. Então a Biblioteca foi estruturada de uma forma inclusiva no sentido dos espaços, mas não tem espaços exclusivos para o público PcD (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

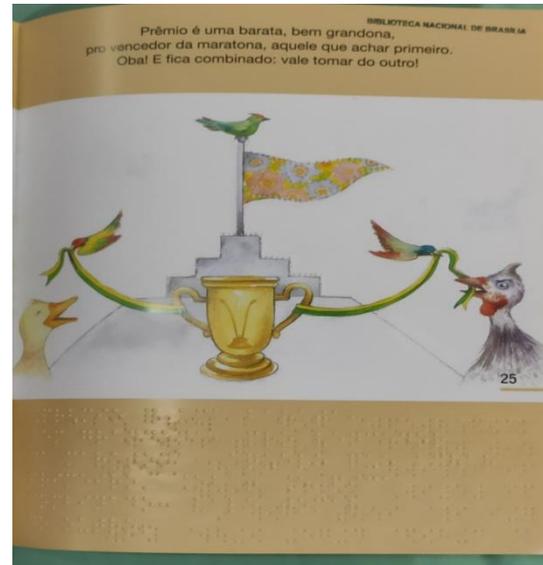
Embora não se cumpra a acessibilidade em termos de acervo, há outros pontos ou categorias de acessibilidade cobertos. Por meio dos equipamentos, por exemplo, os usuários podem ter acesso à obras disponíveis on-line, como os computadores

disponíveis no espaço CLIC. Entretanto as tecnologias empregadas na biblioteca estão aquém da aspiração inicial de se tornar uma biblioteca híbrida³.

Figura 5. Livro Infantil em braille.



(A)



(B)

Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

Durante a visita havia apenas um livro em braille disponível (Figura 5), este pertencia ao acervo da literatura infantil e apresentava excelente estado de conservação. O espaço infantil é constantemente visitado por alunos da rede pública do DF, há então a necessidade de uma maior variedade de livros em braille, para assim, contemplar a visitação de alunos com deficiência visual e atender a dimensão da acessibilidade instrumental definida por Sasaki (2009).

Quando o bibliotecário foi indagado a respeito da utilização do espaço da biblioteca por parte do público PcD, não houve uma resposta capaz de quantificar a real apropriação deste público neste espaço.

O controle dos usuários é feito de duas maneiras, usuários que vão para utilizar os serviços prestados pela biblioteca e usuários que vão apenas para conhecer (turistas). Nesse registro não existem informações referentes à condição do usuário. (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

³ Biblioteca híbrida é um termo que reflete o estado transacional da biblioteca, que hoje não é completamente impressa nem completamente digital, pois integra o acesso à tecnologia com diferentes mídias. Antonio Miranda, primeiro diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, tinha como objetivo transformar a BNB em um modelo de Biblioteca híbrida.

O quadro a seguir foi um registro fornecido pelo bibliotecário, ela é feita com dados da ATA da BNB, assinada pelos visitantes na entrada do espaço:

Quadro 2. Frequência de usuários e turistas – 2018 a 2020.

| Frequência - Usuários | | | | Frequência - Turistas | | | |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | | 2018 | 2019 | 2020 |
| Janeiro | 4743 | 5280 | 5325 | Janeiro | 2389 | 4290 | 5901 |
| Fevereiro | 3539 | 5967 | 4837 | Fevereiro | 1193 | 3442 | 5227 |
| Março | 3016 | 6288 | 2678 | Março | 1556 | 1920 | 2007 |
| Abril | 5746 | 5491 | | Abril | 1964 | 2270 | |
| Maio | 6992 | 5414 | | Maio | 1761 | 2070 | |
| Junho | 5560 | 4707 | | Junho | 2108 | 2162 | |
| Julho | 4504 | 5291 | | Julho | 4108 | 4133 | |
| Agosto | 5324 | 5513 | | Agosto | 4078 | 3909 | |
| Setembro | 7731 | 5618 | | Setembro | 5619 | 3025 | |
| Outubro | 7012 | 5654 | | Outubro | 4665 | 3883 | |
| Novembro | 5472 | 4281 | | Novembro | 2264 | 3678 | |
| Dezembro | 3592 | 3237 | | Dezembro | 2071 | 3105 | |
| TOTAL | 63.231 | 62.741 | 12.840 | | 33.776 | 37.887 | 13.135 |

Fonte: Biblioteca Nacional de Brasília

Apesar de o recorte (Quadro 2) ser de um intervalo de tempo muito diminuto, nota-se uma tendência de queda na frequência de usuários nos três últimos anos de registro e um aumento da demanda de turistas na biblioteca no mesmo período, ainda que 2020 não esteja completo devido ao fechamento da BNB, ocasionado pela COVID-19.

Durante o percurso da visita guiada, chamou a atenção positivamente a existência de guias em braille em todas as portas para identificação dos locais no prédio. A maior parte das guias apresenta bom estado de conservação, apenas a do banheiro feminino do térreo aparentava ter sido vandalizada (Figura 6B).

Figura 6. Placas em braille de identificação de gênero nos banheiros.

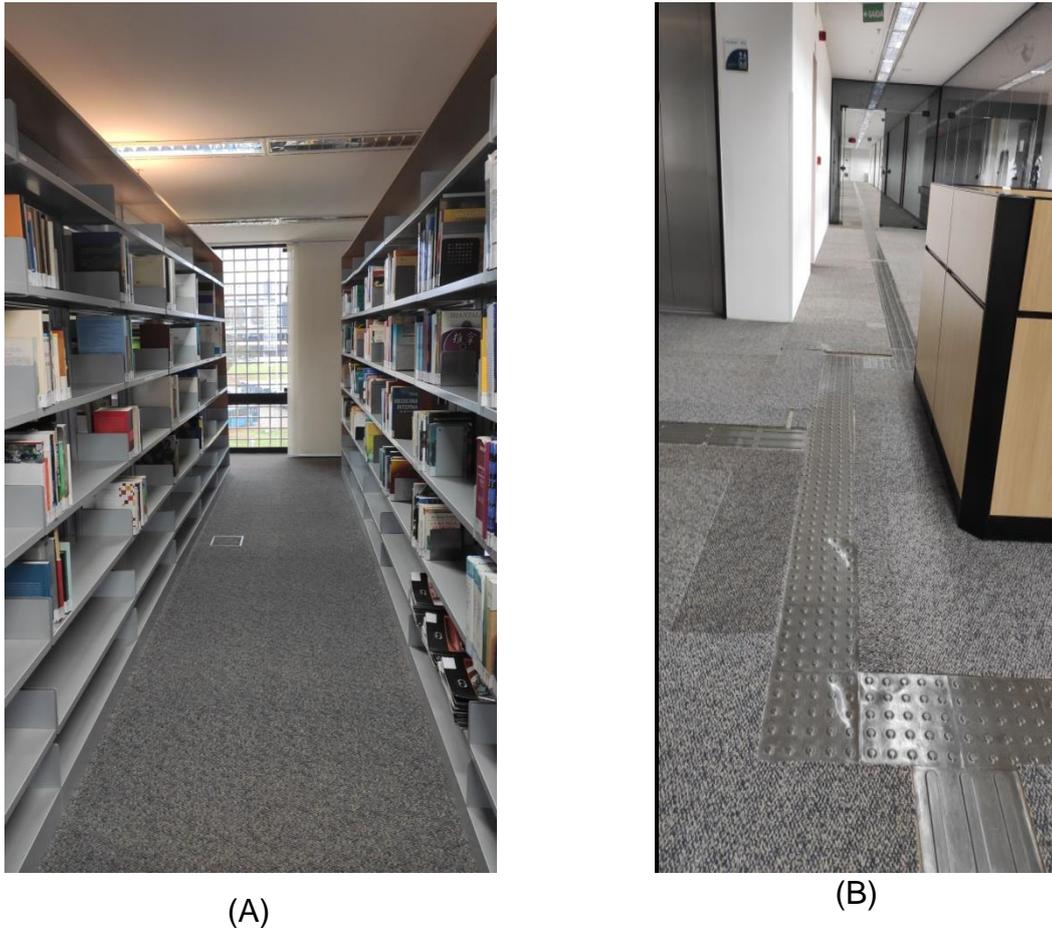


Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

A acessibilidade se faz presente no espaço físico (banheiros adaptados, rampas, piso tátil e elevadores), como esperado de um prédio público moderno na capital do país. No acervo, existe uma distância de uma estante para a outra que também facilita o acesso do usuário, porém para o cadeirante é evidente a necessidade do auxílio de uma segunda pessoa para a consulta de obras de prateleiras superiores.

O acervo é acessível, ele é aberto, então as pessoas podem consultar. Mas pensar em estantes altas é mais complicado e provavelmente a pessoa que tenha alguma deficiência física terá acesso apenas à parte mais baixa do acervo, mas tem pessoas que trabalham na Biblioteca que se disponibilizam a ajudar, que podem pegar esses livros que não estiverem ao alcance (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

Figura 7. Corredores acessíveis.

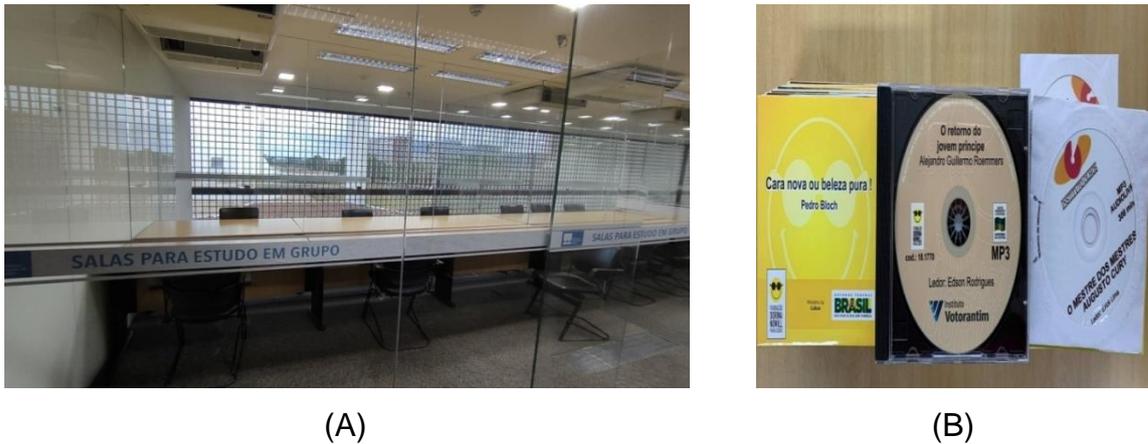


Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

Existem audiolivros em uma sala que não estão disponíveis para o público da BNB. Segundo o bibliotecário essa parte do acervo está em processo de catalogação, além disso serão adquiridos novos computadores e em breve será criada uma audioteca em uma das atuais salas para estudo em grupo, com cabines individuais para que os usuários tenham acesso a esse material. Seria um avanço de suma importância para os usuários com deficiência visual, visto que, o acervo e os recursos tecnológicos que dispõem a BNB não são adequados para esse público.

Muitos projetos estão em aguardo, como uma audioteca, estão trabalhando no momento para a audioteca sair do papel e organizar o espaço que seja adequado, trazer audiolivros, ter cabines para ter esses acessos dos livros, a biblioteca tem muitos serviços e muitos livros do acervo são parte de doação, então foram recebidos 100 audiolivros de doação, então o projeto já está sendo montado, os livros já estão sendo catalogados e vão ser montados espaços que provavelmente ficará no segundo andar da biblioteca (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

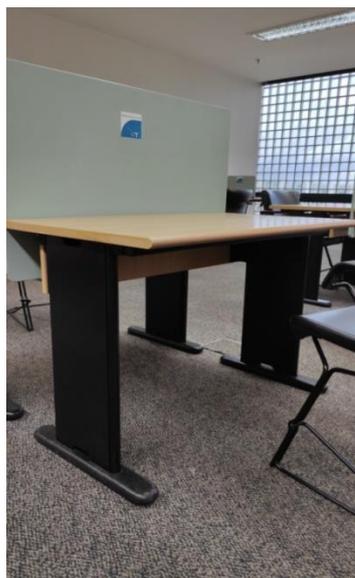
Figura 8. Sala em que funcionará a futura audioteca e parte do acervo de audiolivros.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) possui ambientes totalmente acessíveis para PcD, do ponto de vista da acessibilidade da arquitetura proposta por Sasaki (2009). Contém quatro elevadores, que facilitam a locomoção de cadeirantes aos andares de difícil acesso, não existem percalços ou degraus que atrapalhem a mobilidade das pessoas com deficiência física. Dispõe ainda de instalações sanitárias adequadas para usuários deficientes. Conta com a identificação em braille em todos os andares, fundamental para melhor autonomia do ponto de vista da dimensão arquitetônica.

Figura 9. Mesa de estudo individual.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

As mesas destinadas ao público, nas salas de estudo em grupo e individuais têm altura apropriada⁴. Os balcões de atendimento para ter acesso a informações referentes ao acervo, serviços de consultas, empréstimos e devoluções de livros, possui altura adequada para o melhor atendimento.

A estrutura física da BNB conta ainda com: Cabines individuais para estudo, localizadas nos 2º e 3º andares. Salas de estudo em grupo, localizadas nos 2º e 3º andares, com possibilidade de estudo de duas a seis pessoas. O Espaço GEEK, localizado no 2º andar (Figura 10), esse projeto foi lançado no final do ano de 2019, com acervo voltado para leitores de história em quadrinhos e para pessoas que gostam da cultura POP, sendo também um espaço para jogos. Durante a visita guiada, não foi possível acessar este espaço, pois naquele dia, simultaneamente, ocorria à gravação de uma videoaula naquele ambiente.

Figura 10. Espaço GEEK.



Fonte: CRB-1. 30/01/2020.

⁴ De acordo com a NBR 9050/2004, as mesas devem ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, possuindo um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas até no máximo 0,50 m. Além disso, a altura deve estar entre 0,75 m e 0,85 m do piso.

Espaço ZEN, localizado no 3º andar (Figura 11), equipado com nove poltronas automáticas de massagem e relaxamento. Nessa área os usuários podem descansar e aproveitar a vista do centro de Brasília. Esse espaço no passado contava ainda com a presença de totens digitais, nele passavam textos e imagens da capital, oportunidade para os visitantes conhecerem um pouco mais sobre Brasília. Segundo o bibliotecário os turistas frequentavam bastante o espaço, mas os equipamentos ficaram obsoletos, a tecnologia começou a apresentar falhas, o custo de reparo era elevado e os totens foram removidos aos poucos.

Figura 11. Espaço ZEN.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

Hall de Exposições, localizado no 2º andar, destinado para mostras, e outros eventos de cunho artístico e cultural. Auditório, localizado no 2º andar, equipado com 95 lugares, dispendo de recursos tecnológicos para a realização de teleconferências, videoconferências, seminários, palestras, exibição de filmes e vídeos. Sala de Cursos, localizada no térreo, destinada a cursos e minipalestras.

4.1.2 Biblioteca Pública Braille Dorina Nowill

Durante a entrevista online e a visita guiada, foi conclusivo que a maior parte das obras em braille destinadas ao público adulto, recebidas pela Biblioteca Nacional, são repassadas a Biblioteca Braille Dorina Nowill.

A Biblioteca Nacional de Brasília tem um trabalho de incentivo principalmente com a Biblioteca Pública Dorina Nowill, que é uma Biblioteca Pública de Taguatinga, cidade satélite do Distrito Federal. A Biblioteca Nacional de Brasília coordena todo o sistema de bibliotecas públicas do Distrito Federal. Então, essa questão de projetos e atividades voltados para o público PcD é focado mais para a biblioteca Dorina Nowill.

[...] Existem alguns livros em Braille no acervo da BNB, no espaço infantil, que é voltado para o público infantil, então foram deixados alguns títulos em braille para o acesso. Mas no acervo geral mesmo não tem, pois foram direcionados para outras bibliotecas. E estão dando mais chance para o audiolivro que ocupa menos espaço, são questões que serão pensadas ao longo do tempo (BIBLIOTECÁRIO, informação verbal, 2021).

Figura 12. Obras da BNB que serão repassadas à Biblioteca Braille Dorina Nowill.



Fonte: elaborado pelo autor. 30/04/2021.

A Biblioteca Braille Dorina Nowill é uma biblioteca pública inclusiva localizada na região administrativa de Taguatinga, com o acervo voltado para o atendimento de deficientes visuais e com baixa visão. Fundada no ano de 1995 na escola classe 06

de Taguatinga. A Biblioteca passou por uma mudança de sede, desde o ano de 2006 está funcionando no Centro Cultural Teatro da Praça.

Figura 13. Entrada principal de acesso ao Espaço Cultural de Taguatinga.



Fonte: Marcelle Carvalho Dela Bianca. 2019

A biblioteca tem esse nome como forma de homenagem a Dorina Nowill, pedagoga brasileira e deficiente visual que criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, responsável por produzir livros em Braille e distribuí-los gratuitamente. Posteriormente essa Fundação passou a ser batizada também com o nome de sua fundadora.

Figura 14. Entrada da Biblioteca Braille Dorina Nowill.



Fonte: Marcelle Carvalho Dela Bianca. 2019

No ano de 2015 foi criada a Dorinateca, iniciativa da Fundação Dorina Nowill, biblioteca digital que permite acesso a um amplo acervo de livros impressos em braile em fitas ou CD's de áudio para poder facilitar o acesso desses usuários. São oferecidas revistas semanais e mensais para Cegos. Todo o acervo fica disponível para *download*. Segundo informações do *site* da fundação, já são mais de mil usuários e a biblioteca conta com mais de quatro mil títulos.

Figura 15. Acervo da Biblioteca Braille Dorina Nowill.



Fonte: Marcelle Carvalho Dela Bianca. 2019

A Biblioteca oferece cursos de alfabetização braille, oficinas educacionais e culturais e jornadas literárias para todos os usuários que frequentam o espaço. Quase todo seu acervo foi construído com doações da BNB e do IBC, além de parcerias com a Fundação Dorina Nowill.

A Biblioteca não possui, contudo, pisos táteis tanto na parte interna quanto na parte externa da instituição, o que pode dificultar a locomoção do usuário que está indo pela primeira vez a Biblioteca, ou que ainda não está tão familiarizado com aquele espaço. Neste ambiente a pessoa com deficiência visual tem um acervo amplo à disposição, mas sua autonomia é prejudicada na dimensão classificada por Sasaki (2009) como acessibilidade arquitetônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito final deste trabalho foi analisar se a Biblioteca Nacional de Brasília é acessível ou não, para o público PcD. Ficou perceptível que a instituição, apesar de sua importância e papel na sociedade, ainda não pode ser considerada amplamente acessível, pois apesar de estar de acordo com as necessidades dos usuários PcD na dimensão arquitetônica, com ótima infraestrutura, outras dimensões propostas por Sasaki (2009), tais como: acessibilidade comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, não foram abarcadas no espaço da BNB.

Primeiramente, os deficientes visuais não têm acervo, nem recursos tecnológicos adequados para as suas pesquisas no ambiente. De acordo com os critérios de Sasaki, essa seria a acessibilidade instrumental. Segundo ponto a ser destacado, é o fato de os deficientes auditivos não terem acessibilidade de comunicação, como foi revelado ao longo da entrevista e da visita guiada. A biblioteca não dispõe de funcionários que compreendam LIBRAS, tampouco são ofertados cursos de língua de sinais aos profissionais do local. O que também nos leva ao terceiro ponto, uma carência na acessibilidade metodológica. Como evidenciado não existe até o momento qualquer tipo de treinamento para lidar com as necessidades do público PcD em geral.

A acessibilidade na arquitetura é realmente o grande destaque da BNB. Entretanto existem propostas para o futuro e projetos em andamento que certamente tornarão este ambiente inclusivo em outras dimensões de acessibilidade. Este é o caso da proposta da audioteca, a interatividade seguramente promoverá um maior interesse dos deficientes visuais. Além disso, não existe explicação plausível para a falta de obras em braille em um ambiente que dispõe de guias em todas as portas para facilitar a identificação dos deficientes visuais, com pisos táteis adequados tanto na parte interna, como nos arredores.

Constatou-se que os cadeirantes também são compreendidos por essa dimensão. Todos os banheiros e demais espaços estão adaptados para o recebimento destes e verificaram-se que as dimensões necessárias para a passagem e a circulação de cadeiras de rodas no ambiente são adequadas. Essa locomoção é facilmente realizada por meio dos quatro elevadores disponíveis e o acervo tem

distância adequada entre as estantes que também facilitam o fluxo de cadeiras de rodas.

As dimensões da acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal só poderiam ser constatadas no atendimento diário ao público PcD. O que não pode ser observado no período da pesquisa, tendo em vista que durante este tempo a biblioteca permaneceu fechada, devido à pandemia do coronavírus que gerou a necessidade do distanciamento social em instituições públicas.

Este estudo teve a intenção de conscientizar os profissionais bibliotecários, o poder público e a sociedade em geral, para melhor entender as necessidades do público PcD, para que possam compreender as limitações de cada usuário com deficiência, as suas singularidades e características. Tais análises contribuem para que as bibliotecas públicas tenham mais inclusão e visibilidade aos usuários que tenham deficiência.

Considerando a sua importante função na promoção de maior acesso à leitura e conhecimento de toda a população, espera-se que as bibliotecas, principalmente as públicas, sejam planejadas para garantia do atendimento de todo o espectro de usuários possíveis. Isso significa intensificar a atenção com foco na acessibilidade, de forma a atender aos pressupostos e recomendações legais, que constituem em conquistas do público PcD. Espero, com a máxima certeza de que, a garantia do direito aos indivíduos portadores de necessidades especiais não exista apenas na teoria, mas que a prática do dia-a-dia do deficiente possa ser inclusiva, em todo e qualquer espaço público, nas mais diversas bibliotecas e principalmente, na Biblioteca Nacional de Brasília.

REFERÊNCIAS

Após dois anos fechados, Biblioteca Nacional de Brasília é inaugurada com 50 mil livros. **Jornal de Brasília**, Brasília, 11 de dez. de 2008. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/apos-dois-anos-fechada-biblioteca-nacional-de-brasil-e-inaugurada-com-50-mil-livros/>. Acesso em 11 dez. 2020.

BARBOSA, Núria Peçanha. **Inclusão de Pessoas com Deficiências Intelectuais em bibliotecas públicas**: o caso da Biblioteca de São Paulo. 2016. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2724/1/TCC_2_N%c3%baria_.pdf. Acesso em 20 dez. 2020.

BASTOS, Karolina Vieira da Silva. **Os desafios encontrados no acesso à informação digital por pessoas com deficiência visual**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31099/1/2017_KarolinaVieiradaSilvaBastos.pdf. Acesso em 18 dez. 2020.

Biblioteca Nacional de Brasília vai emprestar acervo aos usuários. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/biblioteca-nacional-de-brasil-vai-emprestar-acervo-aos-usuarios/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis. **Bibliotecas universitárias**: mediação e acesso à informação para pessoas com deficiência. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1324776. Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL, **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Secretaria Especial da Cultura. Site: <http://snbp.cultura.gov.br/>. Acesso em: 03 maio 2021.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde MS. 2010. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/37518.html> Acesso em : 03 maio. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 6 maio. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo

facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 23 maio. 2021.

. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/Seesp, 1994.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 04 maio. 2021.

DELA BIANCA, Marcelle Carvalho. **Acessibilidade para Pessoas com Deficiência visual nas instituições bibliotecárias de Brasília (DF)**. 2019. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25862/1/2019_MarcelleCarvalhoDelaBianca_tcc.pdf. Acesso em 11 dez. 2020.

DIAS, Camila Duarte Cassiano. **O bibliotecário de referência e o atendimento de pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22364/1/2018_CamilaDuarteCassianoDias_tcc.pdf Acesso em: 22 out. 2020.

FACHIN, G. R. B.; HILLESHEIM, A. I. A.; MATA, M. M. S. Atuação do bibliotecário na educação especial 10.5007/1518-2924.2004v9n18p58. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 9, n. 18, p. 58-71, 2004. DOI: 10.5007/1518-2924.2004v9n18p58 Acesso em: 6 maio 2021.

FEREIRA, Rosangela Rocha; CHAGAS, Kenilce Reis. O bibliotecário como mediador no processo de inclusão do surdo em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. 1, p. 84-97, 2 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/acessibilidade-menu>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1-16, mar. 2012. Disponível em : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362012000100009 Acesso em: 5 abr. 2021.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114449>. Acesso em: 05 mar 2021.

GODÓI, Ana Maria de. Educação Infantil. **Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla**. 4.ed. Brasília: MEC, 2006.

GOVERNO DE SÃO PAULO. **World Report on Disability**. RELATÓRIO mundial sobre deficiência. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=221876621C06FBDC37CBAE0A8F9FA6CB?sequence=4. Acesso em: 5 abr. 2021.

INCLUSÃO social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Bauru: SciELO, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/1516-7313-ciedu-23-01-0001.pdf>. Acesso em : 30 fev. 2021.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Livros em Braille**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/producao-de-material-especializado/2016-06-30-16-29-33>. Acesso em: 11 out. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA/UNESCO). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PINHEIRO, A. L.; RODRIGUES, A. C. da P.; MENDONÇA, D. C. de; OLIVEIRA, H. V. de. Teses e Dissertações relacionadas às pessoas com deficiência na área de Ciência da Informação no Brasil no período 2000 a 2018. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 25, p. 01-21, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e64899. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e64899>. Acesso em: 3 maio 2021.

POLÍTICA nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

ROMA, I. A. A.; CAVALCANTE, L. F. B. Acessibilidade nas bibliotecas escolares estaduais de Londrina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 1, p. 167-186, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2388>>. Acesso em: 06 maio. 2021.

SANTOS, M. P.; SANTOS, C. A. S. Bibliotecas públicas no século XXI: uma releitura da literatura. **CRB8 Digital**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10079>>. Acesso em: 06 maio. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 20 abr. 2021

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003. SBARAINI, Alex Madrugada Rosa. Deficiências Múltiplas.

SILVA, Ariane Vieira de Paulo. **Deficientes Visuais e o acesso à informação em bibliotecas universitárias**. 2007. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. <http://www.bnb.df.gov.br/> Acesso em 25 fev. 2021.

SILVA, Ariane Vieira de Paulo. **Deficientes Visuais e o acesso à informação em bibliotecas universitárias**. 2007. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. <http://www.bnb.df.gov.br/> Acesso em: 17 fev. 2021.

SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva. **Folha de Rosto**, Cariri, v. 1, n. 1, p. 30-43, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 7 maio 2021.

SUAIDEN, Emir J. **A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. Brasília: 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em 28 abr 2021.

TOKARNIA, Mariana. **Braille**: especialistas dizem que há avanços, mas ainda muito trabalho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial**. Salamanca (Espanha), junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Acesso em: 17 fev. 2021.

APÊNDICE A – Termo de informação e consentimento do estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA E A ACESSIBILIDADE DESTINADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”, de responsabilidade de Tiffany Ramos do Nascimento, estudante de graduação, matrícula 160146810, da Universidade de Brasília, e de Prof. André Appel, professor substituto do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, matrícula 1057108, orientador da pesquisa. O objetivo desta pesquisa é evidenciar elementos e iniciativas de inclusão voltadas para as pessoas portadoras de deficiência na Biblioteca Nacional de Brasília. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista no aplicativo Microsoft Teams, para que possamos gravar e revisar as respostas sempre que necessário, com duração estimada de 45 minutos. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica riscos significativos, estando restritos a riscos gerais decorrentes da interação mediada por tecnologias de acesso à Internet.

Espera-se que esta pesquisa possa ajudar a melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços públicos, notadamente em bibliotecas públicas. Abarcando não só seu espaço físico, mas também no acervo e na utilização de novas tecnologias que possam contribuir com o acesso à informação por usuários com qualquer tipo de deficiência.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar pelo telefone (61) XXXXX-XXXX (Tiffany Ramos) ou pelo e-mail tiffanyramos207@gmail.com, assim como meu orientador pelo telefone (21) XXXXX-XXXX (André Appel) ou pelo e-mail andre.appel@unb.br.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do relatório final da pesquisa, em formato de Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente para a comunidade científica, na forma de artigos ou comunicações em eventos, respeitando-se sempre os termos deste documento.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

ASSINANDO ESTE DOCUMENTO, DECLARO CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES ACIMA DISPONIBILIZADAS E CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA.

Nome do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da orientador/a

Brasília, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE B – Tópico guia para entrevista do estudo

1. Existe alguma iniciativa que aproxime a biblioteca da pessoa com deficiência? (projeto ou afins)
2. Poderia falar um pouco sobre o espaço ou os espaços voltados ao público PcD na BNB?
3. Sobre equipamentos tecnológicos, “para uso por PcD”, como a tecnologia tem auxiliado no processo de inclusão na BNB?
4. Como é o acesso da pessoa com deficiência física à biblioteca e ao acervo? (rampa, elevador, corrimão, etc) e em relação ao acervo como este usuário tem acesso?
5. O acervo da biblioteca possui quantos livros em BRAILE? Existe algum espaço destinado a este acervo em específico?
6. Como ocorre à comunicação com usuário surdo e/ou mudo? Existe algum bibliotecário ou colaborador que compreenda a linguagem de sinais para o atendimento ao usuário surdo e/ou mudo?
7. A BNB oferece ou já ofereceu aos servidores algum tipo de treinamento especializado para lidar com o atendimento ao público PCD?
8. Você já teve alguma dificuldade ao atender uma pessoa com deficiência? Caso sim poderia falar um pouco sobre?
9. Existe algum levantamento que estime quantos usuários PCD frequentam a biblioteca anualmente?
10. Existe algum controle ou limitação financeira no processo de aquisição de livros em BRAILE?
11. A instituição consegue contratar profissionais especializados para o atendimento do público-alvo da educação especial sem dificuldades?

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista

1 - Existe alguma iniciativa que aproxime a biblioteca da pessoa com deficiência? (projeto ou afins)

A Biblioteca Nacional de Brasília é uma Biblioteca Central que recebe muitas pessoas, e tem um grande desafio de receber uma variedade de pessoas, como turistas. Então é necessário ter uma interação com o usuário de várias formas, tanto o que seja frequentador, quanto o turista que vá só para conhecer. Com relação à pessoa com deficiência a Biblioteca não tem uma atuação muito direta, desde iniciativas e projetos. A Biblioteca Nacional tem um trabalho de incentivo principalmente com a Biblioteca Pública DorinaNowill, que é uma Biblioteca Pública de Taguatinga. A Biblioteca Nacional coordena todo o sistema de bibliotecas públicas do Distrito Federal. Então, essa questão de projetos e atividades voltados para o público PcD é focado mais para a biblioteca DorinaNowill. Os esforços e tudo que pode colaborar para poder desenvolver mais atividades e atender da melhor forma todo o público, foram disponibilizados aos funcionários para poder ajudar no funcionamento da Biblioteca Pública inclusive DorinaNowill.

2 - Poderia falar um pouco sobre o espaço ou os espaços voltados ao público PcD na BNB?

Os espaços foram pensados na questão da inclusão tanto social quanto digital. E a parte digital foi bastante envolvida no projeto. E os espaços, como o infantil, espaço de acesso digital, espaço de estudo, o acervo, foi tudo pensado de uma forma acessível, mas não foi pensado especificamente no público PcD. Então a Biblioteca foi estruturada de uma forma inclusiva no sentido dos espaços, mas não tem espaços exclusivos para o público Pcd. Inclusive foi disponibilizada para eventos como, por exemplo, em 2009, foi sede da copa Brasil de xadrez para deficientes visuais. Então, existem espaços disponíveis para o público Pcd, mas não um espaço específico para esse determinado público.

3 - Sobre equipamentos tecnológicos, “para uso por PcD”, como a tecnologia tem auxiliado no processo de inclusão na BNB?

Muitos projetos estão em aguardo, como uma audioteca, estão trabalhando no momento para a audioteca sair do papel e organizar o espaço que seja adequado, trazer audiolivros, ter cabines para ter esses acessos dos livros, a biblioteca tem muitos serviços e muitos livros do acervo são parte de doação, então foram recebidos 100 audiolivros de doação, então o projeto já está sendo montado, os livros já estão sendo catalogados e vão ser montados espaços que provavelmente ficará no segundo andar da biblioteca então é essa a parte de audioteca que está sendo pensada no momento e deve ser lançado quando os trabalhos presenciais voltarem e quando o público puder voltar a frequentar o espaço.

4 - Como é o acesso da pessoa com deficiência física à biblioteca e ao acervo? (rampa, elevador, corrimão, etc) e em relação ao acervo como este usuário tem acesso?

A Biblioteca é recente, foi lançada em 2008, então a própria construção já pensada nesse sentido da questão da inclusão dos espaços, então tem rampas nas entradas, 4 elevadores com espaço adequado, todo o acesso tem uma amplitude, um espaçamento adequado. Então o acervo fica dentro de aquários, as portas, os espaços das estantes são espaços adequados para passar cadeiras de rodas para poder facilitar o movimento dentro do acervo. Existe uma ISO que são normas para esse tipo de organização. O acervo é acessível, ele é aberto, então as pessoas podem consultar. Mas pensar em estantes altas é mais complicado e provavelmente a pessoa que tenha alguma deficiência física terá acesso apenas à parte mais baixa do acervo, mas tem pessoas que trabalham na Biblioteca que se disponibilizam a ajudar, que podem pegar esses livros que não estiverem ao alcance.

5 - O acervo da biblioteca possui quantos livros em BRAILE? Existe algum espaço destinado a este acervo em específico?

A Biblioteca recebe muitas doações de livros em BRAILE, mas os recursos são pequenos e a BNB auxilia outras bibliotecas, então muito do acervo em braille é passado para a biblioteca braille de Taguatinga, e as doações são passadas para as bibliotecas públicas para ajudar as bibliotecas a criarem seus acervos. Existem alguns

livros em Braille no acervo da BNB, no espaço infantil, que é voltado para o público infantil, então foram deixados alguns títulos em braile para o acesso. Mas no acervo geral mesmo não tem, pois foram direcionados para outras bibliotecas. E estão dando mais chance para o audiolivro que ocupa menos espaço e são questões que serão pensadas ao longo do tempo.

6 - Como ocorre à comunicação com usuário surdo e/ou mudo? Existe algum bibliotecário ou colaborador que compreenda a linguagem de sinais para o atendimento ao usuário surdo e/ou mudo?

Não existe no momento, profissionais que saibam linguagens de sinais para poder se comunicar com o usuário PcD. O quadro de funcionários depende da secretaria, não é a BNB que contrata esses funcionários, é muito difícil ter essa possibilidade de contratar. E a secretaria de cultura conta com muitos outros espaços, tem museus e outros espaços culturais, então nem sempre tem gente especializada. E a Biblioteca não conta com profissionais da referência que saibam se comunicar com esse público em específico.

7 - A BNB oferece ou já ofereceu aos servidores algum tipo de treinamento especializado para lidar com o atendimento ao público PCD?

Não. Dentro da Biblioteca existe um grande incentivo de capacitação, as escolas do governo oferecem cursos de acessibilidade de linguagens de sinais. Então existe esse incentivo da secretaria, incentivo dos gestores, dos funcionários, não só dos bibliotecários, mas todos os funcionários da biblioteca que tentem buscar esse tipo de conhecimento. Então todos os funcionários que fizeram o treinamento fizeram através dessas escolas de governo que ofertam os cursos para os servidores públicos.

8 - Você já teve alguma dificuldade ao atender uma pessoa com deficiência? Caso sim poderia falar um pouco sobre?

Existem alguns desafios, mas com relação a atender pessoas com deficiência, eu nunca tive, sempre foram problemas que foram resolvidos rapidamente e sem muita dificuldade. Na maioria das vezes, os usuários PcD estão acompanhados de alguém

que os auxiliam, então não teve necessidade de interação específica.

9 - Existe algum levantamento que estime quantos usuários PCD frequentam a biblioteca anualmente?

O controle dos usuários é feito de duas maneiras, usuários que vão para utilizar os serviços prestados pela biblioteca e usuários que vão apenas para conhecer (turistas). Nesse registro não existem informações referentes à condição do usuário.

10 - Existe algum controle ou limitação financeira no processo de aquisição de livros em BRAILE?

Muito do acervo é por doação, porque sempre tem a necessidade de comprar. O processo é sempre no começo do ano. Mas como os livros em braile são doados, então eles não entram no orçamento de compra. Não existe esse tipo de direcionamento referente a compra de livros em Braile.